

AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 17

ISOLADO:5 - AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	212.491,43	382.349,83	PASSIVO CIRCULANTE	164.752,06	150.633,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.491,43	192.601,39	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	86.772,09	104.860,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	77.491,43	192.601,39	PESSOAL A PAGAR	66.968,77	93.815,82
CONTA ÚNICA	F 77.491,43	192.601,39	PESSOAL A PAGAR	F 66.968,77	93.815,82
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	145,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	19.803,32	11.044,40
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	0,00	145,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 1.676,72	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 0,00	145,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 12.102,17	11.044,40
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	135.000,00	187.440,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 6.024,43	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	135.000,00	187.440,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	14.375,29	862,68
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRIAIS E MUNICIPAIS	135.000,00	187.440,00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	12.648,00	0,00
ESTOQUES	0,00	2.163,44	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM TÍTULOS	F 4.728,00	0,00
ALMOXARIFADO	0,00	2.163,44	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	F 7.920,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	P 0,00	1.661,44	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	943,40	78,79
MATERIAIS A CLASSIFICAR	P 0,00	502,00	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	P 78,79	78,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	811.970,49	644.851,65	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	P 864,61	0,00
IMOBILIZADO	811.970,49	644.851,65	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	783,89	783,89
BENS MÓVEIS	638.538,73	507.237,11	JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS EXTERNOS	P 783,89	783,89
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 14.400,50	14.400,50	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	32.293,53	25.515,44
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 468.140,61	468.140,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	32.293,53	25.515,44
BENS DE INFORMÁTICA	P 12.523,47	5.307,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F 32.293,53	25.515,44
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 95.852,42	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.509,82	1.618,55
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 47.621,73	19.389,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	1.509,82	1.618,55
BENS IMÓVEIS	173.431,76	137.614,54	PIS/PASEP A RECOLHER	F 1.509,82	1.618,55
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 137.614,54	137.614,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	29.801,33	17.776,94
INSTALAÇÕES	P 35.817,22	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS	29.801,33	17.776,94
TOTAL	1.024.461,92	1.027.201,48	CONSIGNAÇÕES	F 29.801,33	17.776,94
			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	365.789,99	451.993,63
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	365.789,99	451.993,63
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	365.789,99	451.993,63
			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO	P 365.789,99	451.993,63
			TOTAL PASSIVO	530.542,05	602.627,46
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	493.919,87	424.574,02
			RESULTADOS ACUMULADOS	493.919,87	424.574,02
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	493.919,87	424.574,02
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 69.345,85	236.592,28
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 424.574,02	187.981.74



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:5 - AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

Exercício de 2017

2 of 17

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	493.919,87	424.574,02
			TOTAL	1.024.461,92	1.027.201,48



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercício de 2017

3 of 17

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	77.491,43	192.601,39	PASSIVO FINANCEIRO (163.024,77)+ Restos não Processado(12.648,00)	175.672,77	149.771,15
ATIVO PERMANENTE	946.970,49	834.600,09	PASSIVO PERMANENTE	367.517,28	452.856,31
			SALDO PATRIMONIAL	481.271,87	424.574,02

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

4 of 17

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	52.914,04	51.396,01
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	52.914,04	51.396,01
			TOTAL	52.914,04	51.396,01

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

5 of 17

NOTA EXPLICATIVA

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510, de 10 de agosto de 2016 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis¹.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

¹ A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às entidades do setor público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*, editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)* podem ser abrangidas em caráter residual e não obrigatório.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

6 of 17

NOTA EXPLICATIVA

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal.

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.¹

1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPAP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPAP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

¹ NBC TSP nº 11: 2009. A DVP deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que se incorporaram no processo de consolidação das contas.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

7 of 17

NOTA EXPLICATIVA

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos (grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Ativos contingentes ;	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

8 of 17

NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes, Provisões por competência e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 - Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

9 of 17

NOTA EXPLICATIVA

IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura.	Em implantação
---	--	----------------

1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

10 of 17

NOTA EXPLICATIVA

1.2.2 Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos no MCASP e, em regra, será feita a conversão (quando em moeda estrangeira), à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são conhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixar de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado

1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É conhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são conhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

1.2.4 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (prestado somente no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de participação a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

11 of 17

NOTA EXPLICATIVA

1.3. Estrutura de apresentação das Notas Explicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.¹ De tal sorte, e com a finalidade principal de atender ao sistema de prestação de contas do TCQ-PQ, as Notas Explicativas foram autorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

- a) Nota Explicativa: Anexo I – Balanço Patrimonial (BP);
- b) Nota Explicativa: Anexo II – Balanço Orçamentário (BO);
- c) Nota Explicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);
- d) Nota Explicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Nota Explicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);
- f) Nota Explicativa: Anexo VI – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL).

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadrar nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

¹ NBR 16.6 (R1) publicada no Diário Oficial da União em 31 de outubro de 2014.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

12 of 17

NOTA EXPLICATIVA

1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicados ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, programas orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulam a utilização dos recursos públicos. Isto é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.¹

2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerais em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Na tabela a seguir são apresentados os saldos finais dos exercícios, respectivos.

Tabela 1. Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional

	31.12.2017	31.12.2016
Conta Única – RPPS	77.491,43	192.601,39

1. NBC TSP ESTRUCTURA CONCEPTUAL – Estructura Conceptual para Elaboración e Divulgación de Información Contábil de Presupuesto General por las Entidades del Sector Público

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

13 of 17

NOTA EXPLICATIVA

2.2 Dêmais créditos e valores de curto prazo

Outra parte significativa do ativo circulante é composta pela conta “dêmais créditos e valores de curto prazo”, conforme tabela a seguir:

Tabela 2. Dêmais créditos e valores de curto prazo

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Créditos a receber de Entidades Estaduais, distritais e municipais	135.000,00	187.440,00	27,98%

2.4 Imobilizado

Compreendem os bens do ativo imobilizado, sendo reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Tabela 3. Imobilizado

	31.12.2017	31.12.2016
Bens Móveis	638.538,73	24.394,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	14.400,50	14.400,50
DEMAIS BENS MÓVEIS	468.140,61	468.140,61
BENS DE INFORMÁTICA	12.523,47	5.307,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	95.852,42	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	47.621,73	19.389,00
Bens Imóveis	173.431,76	137.614,54
DEMAIS BENS IMÓVEIS	137.614,54	137.614,54
INSTALAÇÕES	35.817,22	-
TOTAL	811.970,49	162.008,54

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

14 of 17

NOTA EXPLICATIVA

2.5 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc.

Tab 4. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

	31.12.2017	31.12.2016
Pessoal a pagar	66.968,77	93.815,82
Pessoal a pagar	66.968,77	93.815,82
Encargos sociais a pagar	19.803,32	11.044,40
Contribuições ao RGPS a pagar	1.676,72	0,00
Contribuição a regime próprio de previdência (RGPS)	12.102,17	11.044,40
Contribuições ao RGPS a pagar	6.024,43	0,00

2.6 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. A composição do saldo ocorreu da seguinte forma:

Tab 5. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

	31.12.2017
Empréstimos a curto prazo - interno	12.648,00
Empréstimos internos - em títulos	4.728,00
Empréstimos internos - em contratos	7.920,00

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

15 of 17

NOTA EXPLICATIVA

Juros e encargos a pagar de empréstimos e financiamentos	943,40
Juros de contratos - empréstimos internos	78,79
Juros de contratos - financiamentos internos	864,61
Juros e encargos a pagar de empréstimos e financiamentos	783,89

2.7 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefonia, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A composição desse saldo ocorreu da seguinte forma:

Tab. 6. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Fornecedores nacionais	32.293,53	25.515,44	26,56 %

2.8 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo. A composição desse saldo ocorreu da seguinte forma:

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

16 of 17

NOTA EXPLICATIVA

Tab¶la 7. Obrigaçõ¶s Fiscais a Curto Prazo

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
PIS/PAS¶P a r¶colh¶r	1.509,82	1.618,55	-6,72%

2.9 D¶mais Obrigaçõ¶s a curto prazo – Consignaçõ¶s

Compr¶nd¶ valor¶s div¶rsos, tais como valor¶s r¶tidos d¶ RPPS, INSS, IRRF, r¶t¶nçõ¶s d¶ ¶ntidad¶s r¶pr¶s¶ntativas d¶ class¶s, r¶t¶nçõ¶s d¶ ¶mpr¶stimos ¶ financiam¶ntos, ¶ outras consignaçõ¶s, as quais totalizaram c¶rca d¶ R\$441 mil. A composiç¶o d¶ss¶ saldo ocorr¶u da s¶guint¶ forma:

Tab¶la 8. D¶mais Obrigaçõ¶s a curto prazo – Consignaçõ¶s

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Consignaçõ¶s	29.801,33	17.776,94	67,64%

2.10 Obrigaçõ¶s Trabalhistas, Pr¶vid¶nci¶rias ¶ Assist¶nciais a Pagar a Longo Prazo

Compr¶nd¶ as obrigaçõ¶s r¶fer¶nt¶s a sal¶rios ou r¶mun¶raçõ¶s, b¶m como b¶n¶f¶cios aos quais o ¶mpr¶gado ou s¶rvidor t¶nha dir¶ito, aposentadorias, r¶formas, p¶nsõ¶s ¶ ¶ncargos a pagar, b¶n¶f¶cios assist¶nciais, inclusiv¶ os pr¶cat¶rios d¶corr¶nt¶s d¶ssas obrigaçõ¶s, com v¶ncim¶nto no longo prazo. A composiç¶o d¶ss¶ saldo ocorr¶u da s¶guint¶ forma:

Tab¶la 9. Obrigaçõ¶s Trabalhistas, Pr¶vid¶nci¶rias ¶ Assist¶nciais a Pagar a Longo Prazo

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44



AUT. EDUC. DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

17 of 17

NOTA EXPLICATIVA

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Contribuições previdenciárias - débito parcelado	365.789,99	451.993,63	19,07%

4 Supéravit/Déficit Financeiro

No exercício de 2017, o déficit financeiro foi de cerca de R\$ 98 mil. No exercício anterior o superávit financeiro havia sido de R\$ 42 mil. A seguir é apresentada a análise sobre a variação ocorrida na posição financeira.

Tab. 10. Posição Financeira – superávit/déficit

	31.12.2017	31.12.2016
(+) Ativo Financeiro	77.491,43	192.601,39
(-) Passivo Financeiro	-175.672,77	-149.771,15
(=) Supéravit/Déficit	-98.181,34	42.830,24

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Quando os ativos financeiros suplantam os passivos financeiros, tem-se posição financeira positiva ou superávit financeiro; por outro lado, quando os ativos financeiros são inferiores aos passivos financeiros, tem-se posição financeira negativa ou déficit financeiro. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária¹.

¹ Lima, Severino. Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino, Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino, Contabilidade pública: análise financeira governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 502.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CONTADOR
CRC - PE 021.866/O-8

MARIA DO SOCORRO D. M. PESSOA
PRESIDENTE
053.638.704-44

